

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E OCUPAÇÃO DESTRUTIVA DO CERRADO EM GOIÁS: OS *POVOS CERRADEIROS* POR UM TERRITÓRIO LIVRE¹

Marcelo Rodrigues Mendonça² – Campus de Catalão – UFG
mendonca@innet.psi.br

Antonio Thomaz Júnior³ - FCT/UNESP/Presidente Prudente
thomazjrgeo@prudente.unesp.br

Introdução

A “leitura” das transformações espaciais no campo brasileiro e, especificamente, no Centro-Oeste se referencia no paradigma da modernização conservadora da agricultura, que se tornou o principal viés para a interpretação do espaço agrário, mediante a implementação das formas modernas de produção, alterando consideravelmente o desenho espacial e territorial. A “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, precisamente a partir da década de 1970, relaciona-se ao processo de crise do processo produtivo mundial – padrão de regulação – que explicitou mudanças no seio do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2002), mediante a hegemonia do capital financeiro.

No Brasil, essa situação pode ser melhor compreendida a partir da decisão política por parte do Estado e dos setores hegemônicos de retomar a Marcha para o Oeste, idealizada desde o século XIX, mas, efetivamente implementada a partir de Getúlio Vargas, com o objetivo de ocupar de forma racional os “vazios demográficos”. A construção de Goiânia, o rodoviarismo e a construção de Brasília expressam a opção política e econômica de “ocupar” o centro-norte do país, com prioridade para as áreas de Cerrado. As argumentações favoráveis eram diversas, desde a concepção de “vazios demográficos” até a idéia de que o Bioma Cerrado, tido e havido como improdutivo e subutilizado, poderia ser incorporado aos interesses mercadológicos, através dos avanços técnicos e científicos, atingindo o auge dos subsistemas que compõem as áreas de Cerrado. (WWF, 2000).

Dessa forma, foram construídas as ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento), entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar consensos sociais, em torno da implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central. Essas motivações, no contexto da ditadura militar, praticamente não foram questionadas, possibilitando a “livre territorialização” do capital, negando a histórica trajetória dos camponeses e dos trabalhadores da terra que foram

¹O texto é parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado – A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano, defendida em setembro de 2004, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior.

² Professor Doutor do Curso de Geografia – Campus de Catalão – UFG. Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – FCT/UNESP/Presidente Prudente, Coord. pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior. Diretor da AGB Seção Catalão – Gestão 2004/2006. Endereço Postal – Rua Cassiano M. Teixeira, 510. Bairro Santa Terezinha – Catalão-GO – CEP – 75 709 590. Telefone – (64) 411-1505

³ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do CEGeT; Pesquisador do CNPq; coordenador do Projeto Editorial Centelha; autor do livro “Por trás dos canaviais os nós da cana”. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

forçados a adotarem o moderno, a “civilização”, as formas de vida e as visões de mundo centradas no mercado, hegemônicas pelos grandes complexos industriais e financeiros mundializados.

Em Goiás, a (re)arrumação espacial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à pecuária extensiva. Com a expulsão dos camponeses e trabalhadores da terra que praticavam a agricultura camponesa, o direito de usufruto passou àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, vindos do sul do país, onde a agricultura moderna se iniciara a partir da década de 1950. Os incentivos creditícios e fiscais, o baixo custo da terra, a topografia plana das chapadas, o clima favorável, a disponibilidade de água, a infraestrutura construída pelo poder público e os diversos programas estatais estimularam os investimentos dos empresários rurais.

Os novos proprietários rurais (muitos movidos pela possibilidade de reprodução ampliada de capitais, visto que nas áreas de origem a referida expansão estava dificultada, dentre outros fatores, pela valorização das terras) com tradição no cultivo de grãos chegam e fazem a política de terra arrasada, impondo valores, comportamentos e atitudes que negavam as experiências, as vivências e os saberes dos povos cerradeiros⁴. Na pesquisa, buscou-se efetuar reflexões sobre as “leituras” que vêm sendo realizadas sobre a dinâmica no espaço agrário brasileiro, precisamente nas áreas de Cerrado, que desconsideram a trajetória histórica dos povos cerradeiros e, desses, principalmente dos trabalhadores da terra, desterritorializados pela modernização da agricultura.

Alguns pesquisadores questionam o que há de novo no rural brasileiro, vez que o processo de “urbanização do campo” promoveu a concentração populacional nas áreas urbanas por meio da expulsão dos camponeses e trabalhadores da *terra de trabalho*⁵. Atualmente, uma parcela desses sujeitos sociais busca se reterritorializar através da luta pela terra e pela reforma agrária, incorporando-se aos diversos movimentos sociais, destacando-se o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Estes movimentos sociais concebem a reforma agrária como uma política que ultrapassa a mera distribuição de terras, questionando os modelos econômico e energético adotados pelo Estado e pelo capital.

A expropriação e o empobrecimento dos camponeses, a precarização das relações sociais de trabalho, a depredação ecológica e a desterritorialização dos trabalhadores da terra são resultantes da histórica opção feita pelo capital que, patrocinado pelo Estado, obteve todas as condições para a sua ampliação e reprodução nas áreas de Cerrado. Os desafios para as pesquisas em geografia, no campo da luta emancipatória, são delineados, considerando as pesquisas como aportes para instrumentalizar a “reconquista do território”, a partir da ação concreta dos movimentos sociais.

4 Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos trabalhadores da terra, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital.

5 Cf. MARTINS, (1986).

As Mudanças nas Relações de Trabalho

Preocupa-nos o uso indiscriminado da modernização da agricultura para compreender as transformações no espaço agrário brasileiro, principalmente nas áreas de Cerrado. É necessário qualificar, conceituar e nomear com clareza o que se quer dizer quando se utiliza o termo modernização da agricultura. A impressão que se tem é que é um grande “guarda-chuva”, abrigando as mais diferentes abordagens teórico-metodológicas⁶, agregando e aglutinando atores sociais diferentes e até mesmo antagônicos.

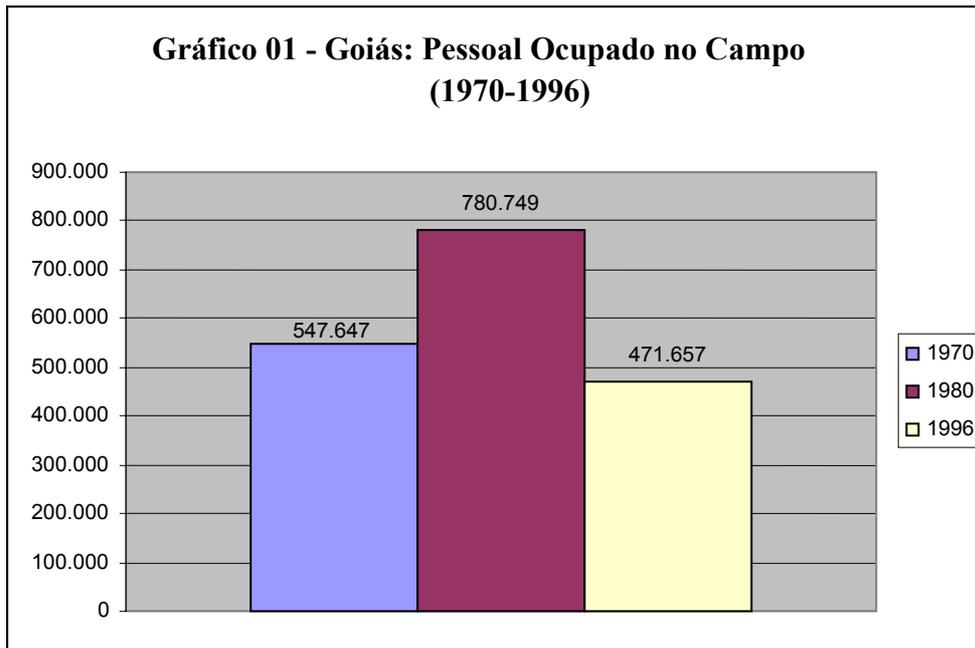
É preciso considerar que ao se utilizar o termo modernização deve-se perceber, concomitantemente, as diferencialidades espaciais, com o intuito de expressar o processo de transfiguração do valor. O termo, utilizado largamente após os anos 1970 para expressar a adoção das inovações técnicas (desenvolvimento e difusão de tecnologia), não corresponde à totalidade da realidade social, pois com isso se omite o processo real em curso, qual seja, o conteúdo territorial e os desenhos societais, produto-produtor das contradições entre o capital e o trabalho. A atitude de modernizar a agricultura pressupôs que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais, conservadores e retrógrados, e deviam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso.

As cidades médias⁷, nas áreas de Cerrado, sofreram crescente ampliação em função da chegada dos empresários rurais (sulistas) em busca de áreas para investimentos e dos camponeses e trabalhadores da terra, expulsos das áreas incorporadas pelo capital. A modernização conservadora ocasionou uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo, principalmente em Goiás, que entre 1985 e 1996, sofreu uma redução de 23%, enquanto a média da região Centro-Oeste foi de 19%. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 1985, existiam cerca 1,5 milhão de trabalhadores no campo na região Centro-Oeste. Dez anos depois, mediante a redução de 20%, os trabalhadores somavam aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. Em Goiás eram aproximadamente 616.000 e foram reduzidos para 472.000 trabalhadores rurais. O Gráfico 01 apresenta dados sobre o pessoal ocupado no campo goiano de 1970 a 1996.

Esses dados ilustram o impacto das medidas modernizantes no trabalho no Centro-Oeste e em Goiás, intensificando a situação de proletarização. Quanto aos arrendatários e agregados não se tem dados confiáveis, uma vez que houve intensa migração para as áreas de fronteira, nesse momento com destaque para Tocantins, Pará e Rondônia.

⁶ GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter**: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

⁷ DEUS, J. B. de. **O Sudeste Goiano: As transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

A natureza da processualidade social expressa novos (re)arranjos na relação cidade-campo, espacializada num desenho sócio-territorial diferenciado e cada vez mais integrado às necessidades da economia transnacionalizada. O aparato técnico-científico-informacional tornou-se a razão fundante para a compreensão do processo de modernização da agricultura, porém, o cerne da questão está nas múltiplas formas de trabalho decorrentes, expressas nas novas tendências exigidas pelo processo produtivo.

A reestruturação produtiva do capital propiciou uma mescla de distintos processos produtivos, formas diferenciadas de contratação e precarização das relações sociais de trabalho. Em Goiás, precisamente, nas áreas de chapadas e proximidades verificou-se enquanto tendências:

- a) A proletarianização e semi-proletarianização de uma parcela dos proprietários rurais tradicionais (pecuaristas) e principalmente dos camponeses.
- b) A contratação de trabalhadores temporários oriundos do Nordeste para a execução das piores tarefas, mediada pelos gatos.
- c) A contratação de trabalhadores temporários oriundos do Sul – trabalhadores safristas – para a execução de diversas atividades, desde o preparo do solo até a colheita.
- d) A presença do trabalho familiar nas bordas das chapadas com atividades pluriativas combinadas com a pecuária leiteira.
- e) O crescimento e a precarização do trabalho temporário, sob diversas modalidades, denominadas pelos empresários rurais de trabalho degradante.
- f) O crescente empobrecimento dos camponeses devido aos contratos de “integração” às agroindústrias.

- g) A presença de trabalhadores permanentes (administradores, operadores de máquinas, mecânicos, agrônomos, técnicos agrícolas, processadores de dados, técnicos em informática etc.) qualificados e com remuneração elevada para os padrões locais e regionais.
- h) A formação de equipes de trabalho, com participação nos lucros, para os trabalhadores permanentes (estáveis) e para uma parte dos trabalhadores safristas que, além do ganho fixo, são remunerados por produtividade.
- i) A premiação das equipes que apresentam melhores resultados, incluindo manejo adequado das máquinas, racionalização do material de consumo, capacidade de obedecer diretrizes, de gerir e apontar soluções para reduzir perdas e desperdícios, evitando perda de tempo e dinheiro.
- j) A realização de cursos de qualificação, em algumas empresas rurais, para os trabalhadores permanentes, com salas de aula e material didático-pedagógico adequados.
- k) A existência de cursos de alfabetização de adultos – trabalhadores safristas – para facilitar o manejo e a assimilação das normas técnicas necessárias a algumas atividades, como o manejo de agrotóxicos e a limpeza das máquinas, entre outras.

É possível observar um consorciamento de relações sociais de trabalho que, distintas, expressam tarefas e funções diferenciadas, porém integradas, na medida em que em uma mesma empresa rural é possível encontrar o trabalho assalariado com todas as garantias exigidas pela legislação trabalhista – trabalhadores permanentes – e, ao mesmo tempo, a precarização do trabalho mediante o assalariamento temporário, contrato por empreitada e/ou por produtividade, diaristas não residentes etc., expressando a existência de formas odiosas de superexploração, inclusive, com a reinvenção do “sistema de barracão” e denúncias de trabalho escravo e trabalho infantil.

É bastante comum encontrar várias relações sociais de trabalho sendo praticadas pelos camponeses e trabalhadores da terra, conforme as exigências mercadológicas e as necessidades de sobrevivência. Mesmo após a visualização e a caracterização das aviltantes relações sociais de trabalho vivenciadas pelos camponeses, trabalhadores da terra nas áreas cerradeiras, não há o interesse em criar sentidos piedosos sobre a condição desses trabalhadores.

O objetivo é fortalecer uma ação política corajosa e, historicamente, alinhada à perspectiva emancipatória, a partir da indignação como potenciadora do compromisso orgânico com a classe, objetivando reforçar a consciência de classe para si. Não se tem dúvida sobre a natureza necessária e potencialmente humanizadora do trabalho para os homens e para a natureza.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1988, p. 50).

A variação da forma do trabalho, na medida em que é dispêndio de força humana de trabalho, atinge todos os indivíduos. As diversas atividades exercidas, denominadas de profissões, nada mais são do que dispêndio da força de trabalho. Há atividades que exigem habilidades específicas e mais complexas, todavia, na sociedade burguesa a atividade laboral diferencia as pessoas não apenas

pela forma com que participa do processo produtivo, mas também pela valoração imposta a determinadas habilidades. “Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples.” Marx (1988, p. 51).

As complexas relações sociais de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva do capital implicaram distintas ações políticas. Diversos trabalhadores, intelectuais e destacadas lideranças historicamente alinhadas à esquerda histórica, enveredaram-se para as questões ambientais, não percebendo que sem uma reflexão mais qualificada sobre as formas de uso e exploração da terra não é possível apontar a sustentabilidade social. Dessa forma, ao distanciarem-se de uma análise centrada na luta de classes, pouco contribuem para o des-velamento das tramas espaciais, afirmando as leituras do capital.

A Luta pela Gestão do Espaço: os Povos Cerradeiros por um Território Livre

A crise das instituições públicas, que na verdade é a expressão da crise do Estado, promove mudanças no seu papel e, portanto, na sua funcionalidade, surgindo a alternativa reformista denominada terceira via. Claus Offe⁸ (1998) propõe uma engenharia política híbrida que articule o Estado, a comunidade e o mercado, que organizariam uma nova institucionalidade, com o intuito de solucionar os problemas advindos do choque das diversas tendências mundiais, pautadas na competição, na produção de novas tecnologias e nas formas de gestão que facilitam o processo de acumulação. Nessa abordagem, o Estado torna-se empresário, assegurando ao mercado as condições de uma atuação “controlada”.

Boaventura Santos⁹ (1998) diz que é necessário outra institucionalidade, calcada na reforma do Estado e da sociedade civil, à qual denomina terceiro setor. Afirma que a construção de uma nova institucionalidade política necessita partir da refundação democrática do Estado. O processo de flexibilização produtiva do capital e as crises decorrentes no trabalho possuem como gênese a necessidade de ampliar as fórmulas de acumulação do capital, alterando a estrutura produtiva e, sem dúvida, as relações sociais de produção, intensificando a polissemia do trabalho, com ênfase na sua precarização. Richard Sennett (1999)¹⁰ analisa a corrosão que o processo de flexibilização produtiva gera na identidade social dos novos trabalhadores, instituídos pelas mudanças no processo produtivo. Assim, a dificuldade está em criar as condições para fomentar e operacionalizar a ação política transformadora.

8 OFFE, Claus. The present historical transition and some basic design options for societal institutions. Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 1998.

9 SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 1998.

10 SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Mas não podemos concordar na íntegra com as reflexões apontadas pelos autores, pois se corre o risco de cair na pulverização da ação política, perdendo de vista o sentido histórico da conformação societal a partir da luta de classes. Há que se ter cautela na compreensão dos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital no mundo do trabalho, pois a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação implicam em diferentes ações políticas, afirmadoras e/ou negadoras do sistema sociometabólico do capital. Essas categorias apreendidas de forma segmentada acabam por reforçar a perspectiva política imposta pelo capital, não contribuindo para o des-velamento das tramas espaciais e não percebendo a urdidura do capital e do trabalho construídas nos territórios mundializados.

Talvez essa seja a maior das crises sofridas pelos trabalhadores – destrói-se o sentido do pertencimento social – criando uma condição de expectativa provisória, não demandando organização e mobilização, pois essas categorias ainda são pouco articuladas e, no imaginário social, a sua condição de trabalhador precarizado é identificada como passageira e transitória. Ainda não foram adequadamente assimiladas as fraturas e as clivagens provocadas pela flexibilização (imposição) do processo produtivo.

Cria-se uma condição de instabilidade, de desorganização, de uma situação em que não parece haver perspectivas sólidas e positivas. Tanto para os trabalhadores sem terra, que lutam pela posse da terra, quanto para os camponeses que possuem pequenos pedaços de terra, mas, principalmente para aqueles que exercem o labor na terra, a incerteza da permanência é algo constante em suas vidas. Isso promove a necessidade de uma gestão coletiva do território, forjada no enfrentamento com o capital e na luta pela terra e pela reforma agrária. A ação política centrada na unidade orgânica dos trabalhadores, seja no campo, seja na cidade, se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias.

Essa ação só é possível a partir dos movimentos sociais que objetivam contestar a ordem constituída, frente às desigualdades regidas pelo capital, devendo ser interpretados na sua dimensão de classe. Os camponeses e trabalhadores da terra, inicialmente se insurgiram contra a dominação através do cangaço e do messianismo, e apenas mais tarde, organizaram-se com o intuito de questionar a estrutura macroeconômica. Essas ações pontuais foram se geografizando, possibilitando a permanência de uma memória militante, fundamental para a ação política emancipatória. Nas últimas décadas, o MST e o MAB, dentre outros movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra, mobilizaram e organizaram os camponeses e trabalhadores da terra e apoiadores, construindo coletivamente um projeto universal para o (des)envolvimento social. A reforma agrária passou a ser compreendida como a condição para potencializar a luta contra o capitalismo, assim como para a construção de uma nova sociedade, se constituindo numa dimensão territorial-nacional.

As principais condições para potencializar a ação política – o enraizamento e o sentido de pertencimento – necessitam ser interpretadas a partir das relações de poder, dos interesses e da contradição viva que permeiam as múltiplas relações travadas e urdidadas na produção/construção das tramas espaciais. Dessa forma, a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e das possibilidades de superação da ordem instituída, centrada na propriedade privada dos meios de

produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho.

Milhares de famílias desterritorializadas do seu locus de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais, assegurando um novo conteúdo político à reforma agrária. Na luta pela terra, enfrentam argumentos de que não possuem esse direito por não terem experiência na lida com a terra. A ironia é que quando seus avós e pais foram expulsos da terra e caminharam em direção às cidades, o argumento de não terem experiência não impediu que se tornassem operários e/ou que executassem importantes tarefas assalariadas, conforme as necessidades do capital. Agora, quando se organizam para terem o direito a terra, são denominados de desqualificados para o labor na terra, como se essa fosse uma condição inerente apenas àqueles que nasceram na terra.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido. Primeiro, que a noção de reforma agrária necessita contemplar um maior número de atividades, que, por serem diversificadas, podem apresentar atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de potencializar renda e trabalho. Segundo, que quando os trabalhadores da terra foram expulsos das áreas rurais serviam para trabalharem nas fábricas. Interessante que não havia nenhuma dificuldade em terem sido camponeses, pois imediatamente foram transformados em operários. Agora, quando se discute a necessidade de que os trabalhadores urbanos possam reivindicar terra, brada-se que não possuem nenhuma relação com a terra e que seus assentamentos serão fracassados, ideologizando a ação política diante de argumentações falsas.

Há que se pensar a idéia da consciência possível no processo de arregimentar forças para organizar e mobilizar os trabalhadores, pois a consciência da necessidade da terra leva-os a se agregarem e a ocuparem os latifúndios. Talvez a carência permita uma consciência do real, mas dificilmente uma consciência dos atores hegemônicos responsáveis por tal situação, assim como das possibilidades de luta. Esse processo ainda precisa ser viabilizado e potencializado pela ação política, através dos sindicatos, partidos, movimentos populares e movimentos sociais que apresentam cariz emancipatória.

A conquista da terra significa a “reconquista do território”, (re)arrumado conforme as necessidades e anseios dos camponeses e trabalhadores da terra, todavia ainda engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. O (re)ordenamento do território mediante a re-Existência do trabalho significa o primeiro passo rumo ao enfrentamento do estranhamento – negar a subjetividade do capital e se despir das amarras alienantes – constituindo sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do homem novo.

O território conquistado a partir da luta pela terra pode ocasionar a noção ilusória de autonomia, pois a contradição capital x trabalho se espacializa como condição de produção/reprodução da dinâmica capitalista. Há que se ter clareza que a hegemonia do território só será assegurada através de um novo ordenamento territorial que possa romper, ainda que parcialmente, com as imposições mercadológicas. A reprodução societal dos camponeses e trabalhadores da terra só será efetivada nas lutas cotidianas, ao construírem estratégias de sobrevivência coletiva, buscando esquivar-se do

controle exercido pelo capital. Não se pode absolutizar a noção política de território conquistado, pois se corre o risco de não perceber as formas do capital que ainda permanecerão por muito tempo no seio da nova processualidade social, pois não é possível se desfazer de forma imediata da normatização e dos regramentos impostos pelo capital.

Mesmo após intensas lutas para a “reconquista do território”, este continua em disputa, pois as contradições permeiam as relações sociais, até porque a hegemonia continua centrada na relação com aqueles que possuem os meios de produção. Por fim, há que se compreender que a terra é um patrimônio comum e, assim, a luta pela posse da terra de trabalho é legítima e condição para a sobrevivência de milhares de famílias em condições ecológicas adequadas. Isso implica na assertiva de que outro mundo não apenas é possível, como já está em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEUS, J. B. de. **O Sudeste Goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução R. Barbosa; F. R. Kothe. 3. ed. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de P. C. Castanheira; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Maringá.

SANTOS, B. de S. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**, Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário **Sociedade e Reforma do Estado**. São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WWF (World Wide Fund for Nature) BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional**. v. VII, Brasília: Série Técnica, nov. 2000.